

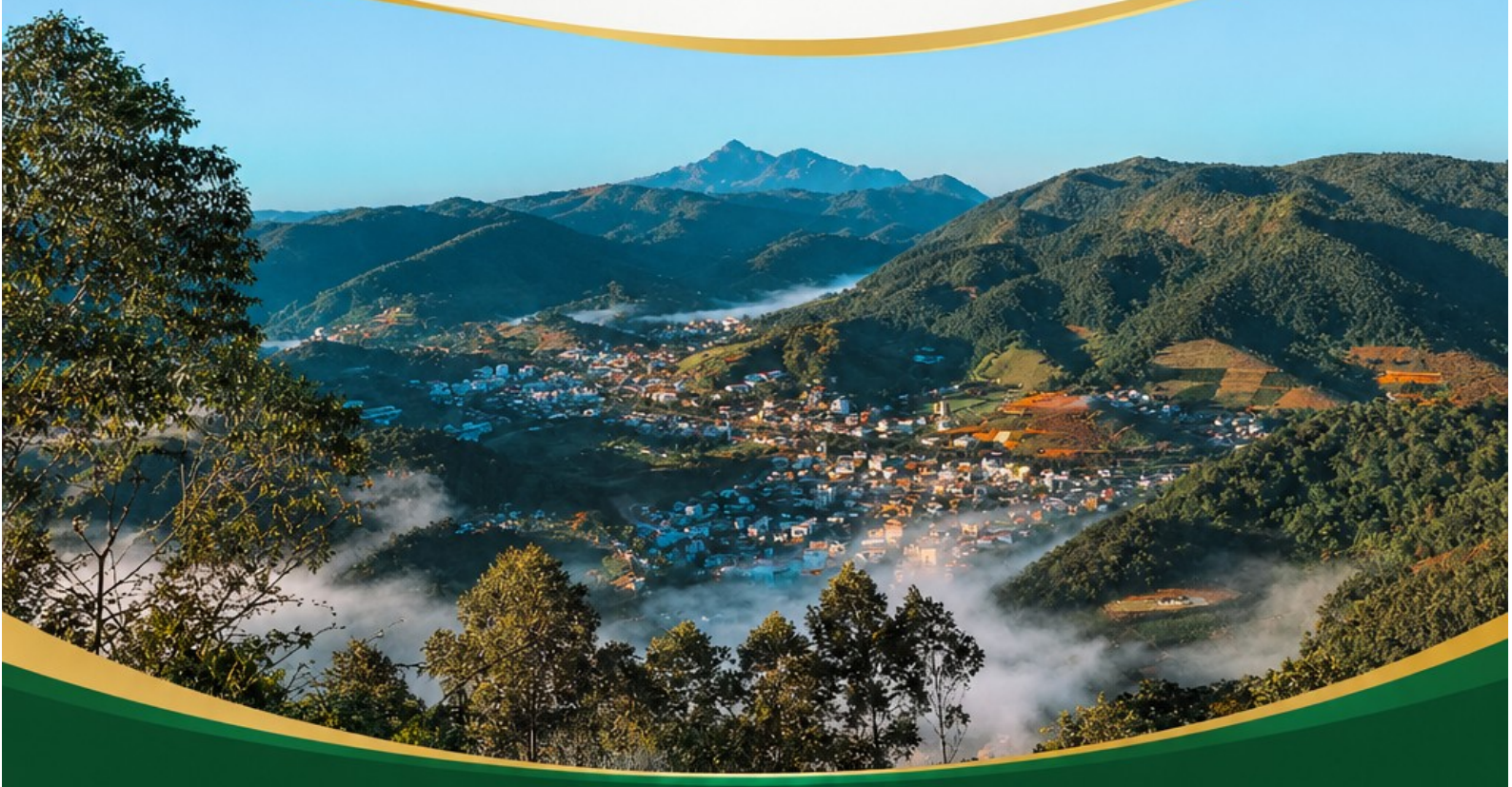
VENDA NOVA DO IMIGRANTE

10 DE MAIO DE 1989

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ES

PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

PARA ENFRENTAMENTO DOS EFEITOS DO EL NIÑO



VENDA NOVA DO IMIGRANTE - ESPÍRITO SANTO

Prefeito
Dalton Perim

Secretário Municipal de Saúde
Tadeu Sossai

Gerente da Vigilância em Saúde
Joemilly Grecco Cezati

Gerente da Atenção Primaria
Poliana de Oliveira Nunes

Referência Técnica da Vigilância Epidemiologia
Leticia Delbem Fiorese

Elaboração
Gerente da Vigilância em Saúde
Joemilly Grecco Cezati

Referência Técnica da Vigilância Epidemiológica
Leticia Delbem Fiorese

Estagiária Vigilância Epidemiológica
Micaela Dalvi Machado Garcia

Revisão Técnica

Tadeu Sossai
Secretário de Saúde

Joemilly Grecco Cezati
Gerente da Vigilância em Saúde

João Magno Guarnier
Coordenador Saúde do Trabalhador e Vigidesastre

APRESENTAÇÃO

O El Niño é um fenômeno climático associado ao aquecimento anormal e persistente das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, capaz de influenciar a circulação atmosférica e alterar padrões de temperatura e precipitação. Seus efeitos não são idênticos em todos os territórios e não determinam, isoladamente, a ocorrência de um desastre; os impactos dependem da exposição, das vulnerabilidades locais e da capacidade de prevenção e resposta.

O Estado do Espírito Santo desempenha um papel fundamental na coordenação das ações de prevenção, preparação e resposta aos possíveis impactos do fenômeno El Niño no território capixaba. Nesse contexto, a elaboração do Plano de Contingência para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño 2026–2027 tem como objetivo estabelecer diretrizes para a atuação do setor Saúde, orientar os municípios quanto à elaboração e à implementação de medidas de prevenção e resposta, apoiar a identificação de riscos e populações vulneráveis e definir responsabilidades entre os diferentes níveis de gestão. O documento também busca subsidiar o planejamento municipal de acordo com as características territoriais e epidemiológicas de cada localidade.

O Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento dos Efeitos do El Niño de Venda Nova do Imigrante–ES constitui um instrumento de planejamento e gestão destinado a orientar a atuação do poder público municipal diante dos possíveis impactos decorrentes desse fenômeno climático.

O presente plano tem por finalidade estabelecer diretrizes, estratégias e procedimentos para a prevenção, preparação, resposta e recuperação frente aos eventos adversos associados ao El Niño, promovendo a articulação intersetorial e a definição de responsabilidades entre os órgãos e setores envolvidos. Busca-se, por meio de ações coordenadas, fortalecer a capacidade de resposta do município, reduzir riscos e vulnerabilidades, minimizar danos humanos, ambientais, sociais e materiais, proteger a população e assegurar a continuidade dos serviços essenciais.

Constitui um instrumento dinâmico de preparação e organização da resposta, elaborado pela secretaria municipal de saúde, cuja implementação deverá acompanhar a evolução das condições climáticas, ambientais e epidemiológicas, permitindo a atualização das medidas e o aperfeiçoamento contínuo das capacidades institucionais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ……3

1. INTRODUÇÃO 6

2. OBJETIVO 7
2.1 Objetivo Geral 7
2.2 Objetivos Específicos 7

3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE 8

4. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO CLIMÁTICO 9
4.1 Aspectos Climáticos 9
4.2 Histórico de Ocorrências Registradas ..... ……..10
4.3 Áreas de Risco 11
4.4 Principais Agravos à Saúde Associados aos Eventos Climáticos 13

5. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE 15

6. NÍVEIS OPERACIONAIS 16

7. ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO MUNICIPAL 18
7.1 Atribuições do Ponto Focal 19
7.2 Sala de Situação 20

8. AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS POR NÍVEL OPERACIONAL 21
Gerência de Vigilância em Saúde (GVS) 21
Atenção Primária à Saúde (APS) 23
Vigilância Sanitária 24
Vigilância Ambiental em Saúde ..... ……..26
Assistência Farmacêutica ..... ……...27
Regulação em Saúde ..... ……...29
Transporte Sanitário ..... ……31
Serviço Hospitalar de Referência ..... ……..32
Imunização ..... ……34
Defesa Civil Municipal ..... ……35
Saúde Mental ..... ……...37
Vigilância Epidemiológica ..... ……38
VigiDesastre ……...40
8. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL ..... ……...41
8.1 Comunicação, Pontos Focais e Fluxo de Informações ..... ……..41
8.2 Fluxograma de Comunicação ..... ……..42

9. INDICADORES DE MONITORAMENTO ..... ……...43

10. ATIVAÇÃO DE CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE) .....……48
10.1 Ativação ..... ……48
10.2 Desativação ..... ……..48

ANEXOS ..... ……49

REFERÊNCIAS ..... ……...50

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno climático El Niño constitui uma das principais manifestações da variabilidade climática natural, caracterizando-se pelo aquecimento anormal e persistente das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial e por alterações na circulação atmosférica. Essas mudanças interferem na distribuição das chuvas e das temperaturas em diferentes regiões do planeta, podendo influenciar a ocorrência de secas, chuvas intensas, ondas de calor e outros eventos meteorológicos extremos. Seus efeitos variam conforme a intensidade e a duração do episódio, a época do ano e as características de cada região, o que torna necessário o acompanhamento sistemático das condições climáticas e a adoção de medidas preventivas pelos órgãos públicos (RONY, 2024).

Os impactos pode ocorrer de forma simultânea e variar entre a localização que ocorreu no município. A estiagem e o deficit hídrico podem favorecer incêndios, comprometer a disponibilidade de água e ampliar a exposição ao calor, enquanto alterações no regime de chuvas podem provocar inundações, enxurradas e alagamentos, afetando a população, a infraestrutura, a mobilidade e a continuidade dos serviços do SUS (SESA,2026).

No contexto do Espírito Santo, o planejamento para o enfrentamento dos possíveis impactos do El Niño, foi elaborado pelo estado o plano Estadual para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño 2026–2027 que está documentado na Nota Técnica Conjunta NEAE/NEAPRI nº 71/2026, da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, evidenciando a importância da articulação entre os setores governamentais e da organização antecipada dos serviços essenciais. A elaboração de um plano de contingência municipal auxiliará ao serviço de saúde caso ocorra algum desastre relacionado ao El Nino (ESPÍRITO SANTO, 2026).

Em Venda Nova do Imigrante, as características geográficas, ambientais e socioeconômicas do município devem ser consideradas no planejamento das ações de preparação do setor Saúde diante dos possíveis impactos do El Niño. Localizado na região serrana do Espírito Santo, o município apresenta relevo predominantemente montanhoso e acidentado, variação de altitude e clima tropical de altitude, além de possuir comunidades rurais e atividades econômicas fortemente vinculadas à agricultura, especialmente à cafeicultura.

Essas particularidades tornam importante a atenção aos possíveis efeitos de eventos climáticos extremos, como períodos de estiagem, aumento das temperaturas, redução da disponibilidade hídrica e chuvas intensas, que podem favorecer deslizamentos, enxurradas e dificuldades de acesso a determinadas localidades. Nesse cenário, a preparação dos serviços de saúde deve considerar os riscos relacionados à escassez de água, às queimadas, à qualidade do ar e à

continuidade da assistência à população, especialmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade (INCAPER, 2023).

Nesse sentido, a construção deste Plano é fundamental para preparar o setor Saúde para os possíveis efeitos dos eventos climáticos extremos, por meio da antecipação de riscos, da definição de responsabilidades e da identificação das populações e áreas que demandam maior atenção. Além disso, busca-se aprimorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde em todas as etapas, desde a prevenção e preparação até o atendimento durante as ocorrências e a recuperação posterior. Para alcançar esses objetivos, torna-se essencial a integração entre os setores de vigilância em saúde, assistência, gestão pública, comunicação, Defesa Civil, instituições de ensino e demais parceiros, favorecendo o planejamento conjunto, a tomada de decisões baseada em informações e a adoção de medidas adequadas às necessidades identificadas.

Dessa forma, o Plano de Preparação do Setor Saúde para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño 2026–2027 de Venda Nova do Imigrante-ES estabelece diretrizes para o desenvolvimento de ações de monitoramento, prevenção, preparação e resposta aos possíveis impactos do fenômeno climático. A iniciativa busca minimizar os riscos à saúde da população, fortalecer a capacidade de atuação dos serviços de saúde diante de eventos climáticos extremos e garantir a continuidade da assistência, considerando as necessidades locais e a articulação entre os setores responsáveis.

2. OBJETIVO

2.1 Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes para a preparação e organização do setor Saúde de Venda Nova do Imigrante frente aos possíveis impactos do fenômeno El Niño no período de 2026–2027, visando à prevenção e à redução dos riscos à saúde da população, ao fortalecimento da capacidade de resposta dos serviços de saúde e à manutenção da continuidade da assistência diante de eventos climáticos extremos.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais riscos e impactos potenciais associados ao fenômeno El Niño no município de Venda Nova do Imigrante, considerando suas características geográficas, ambientais e socioeconômicas.
- Orientar os serviços de saúde municipais quanto às medidas de prevenção, preparação, monitoramento e resposta aos possíveis eventos climáticos extremos.

- Identificar populações e territórios prioritários, considerando as condições de vulnerabilidade e a exposição aos riscos climáticos.
- Estabelecer responsabilidades e fluxos de comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde, os serviços assistenciais, a Vigilância em Saúde, a Defesa Civil e os demais setores envolvidos.
- Fortalecer a vigilância em saúde para monitorar possíveis agravos relacionados às alterações climáticas, subsidiando a tomada de decisões e a adoção de medidas oportunas.
- Planejar estratégias para garantir a continuidade dos serviços de saúde e o acesso da população à assistência durante situações de emergência climática.
- Promover ações educativas e de orientação à população e aos profissionais de saúde sobre os riscos associados ao El Niño e as medidas de prevenção e proteção da saúde.

3. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE

O município de Venda Nova do Imigrante está localizado na região serrana do estado do Espírito Santo, na Região Sudeste do Brasil, e íntegra a região turística das Montanhas Capixabas. Sua localização é marcada pela presença de áreas montanhosas, vales e comunidades rurais, características que influenciam a ocupação territorial, as atividades econômicas e a organização dos serviços públicos municipais.

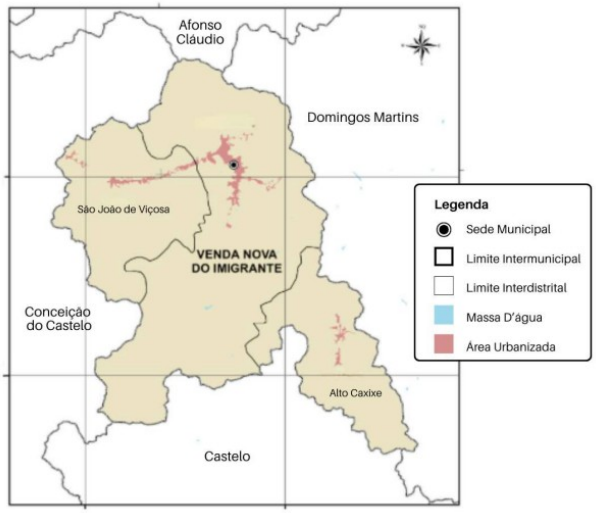
O município possui área territorial de 185,909 km², conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2025. Sua sede está situada às margens da rodovia BR-262, importante via de ligação regional, que favorece o deslocamento de pessoas, o transporte de mercadorias e o acesso a outros municípios do Espírito Santo e de estados vizinhos.

A organização territorial compreende a sede municipal e os distritos de São João de Viçosa e Alto Caxixe, além de diferentes comunidades rurais. Essa distribuição territorial deve ser considerada no planejamento das ações municipais, principalmente quanto ao acesso aos serviços de saúde, à mobilidade da população e à organização das medidas de resposta em situações de emergência.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022, realizado pelo IBGE, Venda Nova do Imigrante possuía 23.831 habitantes, correspondendo a uma densidade demográfica de 128,19 habitantes por quilômetro quadrado. Para 2026, o IBGE apresenta uma estimativa populacional de

25.630 habitantes. A população territorialmente distribuída, incluindo áreas urbanas e rurais, exige planejamento que considere possíveis dificuldades de acesso aos serviços de saúde em localidades afetadas por chuvas intensas, deslizamentos, queda de barreiras, interrupção de estradas ou isolamento temporário.

Figura 1. Imagem do Município de Venda Nova do Imigrante.



4. CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO CLIMÁTICO

4.1 Aspectos Climáticos

O cenário climático de Venda Nova do Imigrante é classificado como tropical de altitude, uma condição diretamente associada à sua localização na microrregião Sudoeste Serrana do Espírito Santo e à sua altitude média de 750 metros. Ao longo do ano, a atmosfera do município divide-se nitidamente em dois períodos sazonais bem definidos. A estação seca e fria ocorre de maio a setembro, período de inverno marcado pela forte influência de massas de ar polar. Os meses de junho e julho são historicamente os mais frios, registrando médias mínimas em torno de 13°C e volumes mensais de chuva que caem para níveis inferiores a 20 mm. Em contrapartida, a estação quente e úmida estende-se de outubro a abril, correspondendo ao verão e concentrando a maior parte da precipitação anual. Nessa época, as temperaturas máximas médias giram entre 25°C e 27°C, com picos ligeiramente mais altos em dias de calor abafado.

O regime pluviométrico do município apresenta uma média anual significativa, impulsionada e intensificada pela barreira física das montanhas capixabas. Enquanto os meses de janeiro e outubro registram precipitações médias estimadas em 150 mm e 103 mm, respectivamente, o mês de dezembro se destaca historicamente com os maiores acumulados

mensais, frequentemente superando os 229 mm. Por causa do relevo acidentado e das características do terreno regional, pancadas de chuva de forte intensidade no verão e períodos sob a influência de anomalias climáticas como o El Niño expõem o município a riscos recorrentes de inundações rápidas, deslizamentos de encostas e episódios eventuais de granizo. Apesar dos desafios geológicos, esse clima característico de montanha atua como um fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico local. Ele favorece diretamente a produção agropecuária artesanal e de cafés especiais, além de impulsionar o agroturismo regional ao atrair um fluxo contínuo de visitantes interessados no clima frio das serras.

4.2 Histórico de ocorrências Registradas

Em fevereiro de 2022, Venda Nova do Imigrante registrou um acumulado de 429,60 mm de chuva, conforme informações do Plano de Contingência municipal. O elevado volume de precipitação evidencia a importância do monitoramento das condições meteorológicas e da adoção de medidas preventivas para reduzir os possíveis impactos das chuvas intensas sobre a população, a infraestrutura urbana e rural e os serviços essenciais.

Entre o final de agosto e o início de outubro de 2024, foram registrados incêndios florestais em áreas de vegetação, proximidades de residências e regiões rurais, atingindo locais com vegetação seca, pastagens e plantações de eucalipto. Foram identificados diversos focos simultâneos, chegando a até quatro ocorrências de grandes proporções no mesmo dia, representando riscos à população e ao meio ambiente. Diante desse cenário, foi estabelecido um Sistema de Comando de Operações (SCO) no quartel do Corpo de Bombeiros de Venda Nova do Imigrante, visando à coordenação integrada das ações de resposta.

Em dezembro de 2024, uma tempestade acompanhada de granizo e ventos intensos provocou a queda de árvores e danos em uma residência localizada no bairro Tapera. Em decorrência dos danos estruturais identificados, o imóvel precisou ser interditado, e a família foi orientada a deixar temporariamente o local. Conforme as informações divulgadas pela Prefeitura Municipal, não houve registro de feridos nessa ocorrência.

No âmbito da preparação para o período chuvoso, a defesa cívil dispõe do Plano Municipal de Contingência (PLANCON), que estabelece diretrizes para a preparação, resposta e recuperação do setor diante de eventos associados às chuvas, e a Secretaria Municipal de Saude (SEMUS) dispoe o Plano de Contingência para Controle das Arboviroses (Dengue, Zika e Chikungunya) e Assistência ao Paciente.

O histórico de eventos climáticos e desastres registrados em Venda Nova do Imigrante constitui uma importante ferramenta para o planejamento das ações de Vigilância em Saúde, Atenção à Saúde, assistência e gestão municipal, contribuindo para a identificação de ocorrências anteriores, seus impactos e as vulnerabilidades presentes no território. No contexto da previsão do fenômeno El Niño para o período de 2026–2027, essas informações serão consideradas em conjunto com os prognósticos climáticos, as características geográficas e populacionais do município, as condições de vulnerabilidade da população e a capacidade dos serviços públicos de se prepararem e responderem a possíveis emergências, garantindo a continuidade da assistência.

4.3 Áreas de Risco

Os serviços geológicos do Brasil, desenvolve estudos e mapeamentos técnicos das áreas suscetíveis ao risco de deslizamentos, quedas de blocos, erosões e inundações de todo o território. Esses estudos têm como objetivo subsidiar os órgãos municipais na tomada de decisão e planejamento seguro, contribuindo para a redução de desastres e a proteção da população.

No município de Venda Nova do Imigrante-ES, o levantamento de áreas de risco geológico foi realizado em 2015. Foram identificados 14 setores de risco, classificados em risco alto (R3) e risco e muito alto (R4), relacionados principalmente a deslizamentos, inundações, rolamento de blocos e solapamento de margens de rios.

Quadro 1- Geral das Áreas de Risco-Venda Nova do Imigrante

Localidade / Bairro	Tipologia do Processo	Grau de Risco	Situação Observada / Observações Principais
Santo Antônio da Serra	Deslizamento	R3 – Alto	Encostas íngremes com cortes verticais e presença de blocos de rocha. Risco de deslizamento em moradias na base.
Providência – Rua Alto Colina	Deslizamento	R3 – Alto	Taludes de corte mal drenados; ocupações próximas à borda. Histórico de movimentações de solo.
Providência – Rua das Margaridas	Deslizamento	R3 – Alto	Cortes de grande inclinação com solo exposto e ausência de drenagem superficial.
Tapera	Deslizamento	R3 – Alto	Encosta com talude escavado e casas na base. Ocorrência de deslizamentos antigos.
Residencial do	Deslizamento	R3 –	Encosta lateral ao hospital com cortes a 90°

Bosque / Hospital		Alto	Exposição de material siltoso e erosões lineares.
Lavrinhas	Corrida de massa / detritos	R3 – Alto	Canal estreito e declividade acentuada. Potencial para enxurradas e corridas de detritos.
Bicúba – Av. Nova Vitória	Deslizamento / Rolamento de blocos	R3 – Alto	Encostas com blocos rochosos e cortes verticais. Risco à via pública e moradias próximas.
Bicúba (setor rochoso)	Deslizamento / Queda de blocos	R4 – Muito Alto	Encostas íngremes com grandes matacões soltos. Necessita monitoramento e possível intervenção geotécnica.
Camargo	Deslizamento	R3 – Alto	Área com cortes não estabilizados e drenagem precária. Moradias muito próximas ao pé da encosta.
Distrito Alto Caxixe Frio	Inundação	R3 – Alto	Ocupação sobre planície de inundação. Transbordamento recorrente em períodos chuvosos.
Alto Caxixe Frio – Auberico Bergaminho	Solapamento de margens / Inundação	R3 – Alto	Erosão das margens do córrego e alagamentos frequentes. Risco de colapso de estruturas.
Alto Caxixe Frio – Vila Isabel	Deslizamento	R4 – Muito Alto	Encosta instável, cortes abruptos e solo siltoso. Vulnerabilidade elevada de moradias.
Tapera – Córrego São João de Viçosa	Inundação	R3 – Alto	Ocupações próximas às margens. Canal assoreado e histórico de transbordamentos.
Centro – Córrego São João de Viçosa	Inundação	R3 – Alto	Área central com histórico de inundações e alagamentos. Necessidade de limpeza e drenagem constante.

4.4 Principais Agravos à Saúde Associados aos Eventos Climáticos

As mudanças nas condições climáticas podem interferir diretamente nos fatores ambientais e sociais que determinam as condições de saúde da população, influenciando tanto o surgimento

quanto a distribuição de doenças e agravos. Os impactos sobre a saúde dependem não apenas da ocorrência de eventos climáticos, mas também da intensidade e do tempo de exposição, das características geográficas e ambientais do território, das condições socioeconômicas e demográficas da população e da capacidade dos serviços de saúde para prevenir, monitorar e responder a situações de risco. Nesse cenário, os efeitos podem se manifestar de diferentes formas, ocorrer simultaneamente ou desencadear consequências sucessivas, tornando fundamental a integração das ações de vigilância e o monitoramento permanente dos indicadores meteorológicos, ambientais e epidemiológicos.

O Quadro 2 apresenta as principais alterações e eventos climáticos que podem ocorrer durante o El Niño no município, relacionando-os aos possíveis agravos e condições de saúde, às populações e condições prioritárias e aos respectivos enfoques para vigilância e preparação. Os impactos sobre a saúde podem variar conforme a faixa etária, condições de saúde e de vida, exposição ocupacional e capacidade individual e coletiva de adaptação. Dessa forma, cada evento requer estratégias específicas de monitoramento, prevenção, comunicação de riscos e preparação, considerando os cenários e níveis operacionais estabelecidos neste Plano.

QUADRO 2- Relação entre Riscos Climáticos, Agravos à Saúde e Ações Preventivas

Alteração ou evento climático	Principais agravos e condições de saúde associados	Populações/condições prioritárias	Enfoque para vigilância e preparação
Ondas de calor e temperaturas elevadas	Estresse térmico, desidratação, exaustão pelo calor, insolação, alterações cardiovasculares, agravamento de doenças respiratórias e renais, distúrbios hidroeletrolíticos e aumento do risco de óbitos.	Idosos, crianças, gestantes, pessoas com doenças cardiovasculares, respiratórias e renais, trabalhadores expostos ao calor e pessoas em vulnerabilidade social.	Monitoramento de temperatura e índices de calor, vigilância de atendimentos e internações, comunicação de risco e preparação dos serviços.
Baixa umidade do ar	Irritação e agravamento de doenças respiratórias,	Crianças, idosos, pessoas com doenças respiratórias e trabalhadores expostos.	Monitoramento da umidade relativa, qualidade do ar e

	exacerbação de asma e DPOC, ressecamento de mucosas e pele, desconforto ocular e desidratação.		atendimentos por agravos respiratórios e cardiovasculares.
Déficit hídrico, estiagem e seca	Desidratação, doenças diarreicas, doenças relacionadas à qualidade e disponibilidade da água, insegurança hídrica e alimentar, agravamento de doenças crônicas e impactos à saúde mental.	Crianças, idosos, pessoas com doenças crônicas e populações em situação de vulnerabilidade socioambiental.	Monitoramento da disponibilidade e qualidade da água, doenças de transmissão hídrica e alimentar e segurança hídrica.
Irregularidade das chuvas e alterações na disponibilidade de água	Doenças diarreicas agudas, hepatites de transmissão fecal-oral e outras doenças relacionadas à água e aos alimentos; aumento de criadouros de vetores em situações de armazenamento de água.	População em áreas com maior vulnerabilidade de acesso à água e saneamento.	Vigilância da qualidade da água, doenças de transmissão hídrica e alimentar e monitoramento de criadouros.
Alterações de temperatura e precipitação favoráveis à proliferação de vetores	Dengue, chikungunya, Zika e outras arboviroses.	População residente em áreas urbanas, especialmente territórios com maior vulnerabilidade socioambiental.	Vigilância epidemiológica e entomológica, monitoramento de indicadores climáticos e controle vetorial.
Incêndios,	Agravamento de asma,	Crianças, idosos,	Monitoramento da

queimadas e degradação da qualidade do ar	DPOC e outras doenças respiratórias, doenças cardiovasculares, irritação ocular e aumento da demanda por atendimento.	gestantes, pessoas com doenças respiratórias e cardiovasculares e trabalhadores expostos à fumaça.	qualidade do ar, material particulado, atendimentos respiratórios e comunicação de risco.
Inundações	Doenças de veiculação hídrica, leptospirose, hepatites, diarreias, traumas, agravos respiratórios e psicológicos.	Populações em áreas de risco, famílias de baixa renda, crianças, idosos, gestantes e pessoas com comorbidades.	Monitoramento de níveis de chuva e rios, alertas e evacuação de áreas de risco, vigilância de doenças e garantia de saneamento e abastecimento de água.

5. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

O município de Venda Nova do Imigrante conta com cinco unidades básicas de saúde sendo 01 com atendimento de 7h às 19h e 04 com atendimento de 7h às 16h. Possui 10 equipes de saúde, 44 Agentes Comunitários de Saúde, 100% de cobertura de Estratégia de Saúde da Família. A rede conta ainda com um hospital. O Hospital Padre Máximo é a referência de atendimento 24h. Ele é um hospital de porta aberta e atende todo o município, além de ser referência para municípios vizinhos, o hospital dispõe de pronto socorro, 02 unidades de terapia intensiva, com 10 leitos cada, sendo 19 leitos SUS e 01 Leito particular e convênios, 10 leitos clínicos na unidade de internação, sendo distribuídos em 02 enfermarias, centro cirúrgico, maternidade.

UAPS	LOCALIZAÇÃO	E-MAIL/ TELEFONE	HORÁRIO DE ATENDIMENTO
Policlínica (Especialidades)	Av. Lorenzo Zandonadi, 840 – Vila Betânia	(28) 3546-1258 / 3930 saude@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 16h

US Minete	Av. José Minete, s/n – Minete	(28) 3546-3418 usminete@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 19h
US Vila da Mata	Rua Pedro Altoé, s/n – Vila da Mata	(28) 3546-6107 usviladamata@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 16h
US Caxixe	Av. Principal, s/n – Alto Caxixe	(28) 3546-5233 uscaxixe@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 16h
US São João de Viçosa	Av. Nona Vitória, s/n – São João de Viçosa	(28) 3546-6109 ussaojoao@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 16h
US Vargem Grande	Estrada Principal, s/n – Vargem Grande	(28) 3546-6110 usvargemgrande@vendanova.es.gov.br	Segunda a sexta-feira, 7h às 16h
Hospital Padre Máximo	Av. Lorenzo Zandonadi, 880 – Vila Betânia	(28) 3546-1131 secretaria@hpmaximo.org.br	24 horas

6. NÍVEIS OPERACIONAIS

Para orientar a preparação, o monitoramento e a resposta do setor saúde aos possíveis impactos associados ao fenômeno El Niño, o município de Venda Nova do Imigrante adotará quatro níveis operacionais: **Nível 1 – Normalidade; Nível 2 – Atenção; Nível 3 – Alerta; e Nível 4 – Emergência**.

A classificação operacional permitirá organizar as medidas de prevenção, estabelecer prioridades, orientar a mobilização dos setores envolvidos e adequar a atuação dos serviços de saúde à evolução das condições climáticas e dos riscos identificados no território municipal.

Considerando as características de Venda Nova do Imigrante, o planejamento deverá contemplar possíveis períodos de calor intenso, redução da disponibilidade hídrica, estiagem, baixa umidade do ar, aumento do risco de incêndios em vegetação e ocorrência de chuvas intensas, alagamentos e movimentos de massa. Esses eventos podem comprometer o bem-estar da população, a qualidade ambiental, o acesso aos serviços de saúde e a continuidade da assistência, especialmente nas localidades mais vulneráveis e nas áreas com dificuldades de deslocamento.

A definição do nível operacional deverá considerar os boletins meteorológicos e hidrológicos, os comunicados dos órgãos oficiais de monitoramento, as informações da Defesa Civil, os indicadores de saúde, as ocorrências registradas no município e a capacidade de funcionamento dos serviços. A classificação não deverá depender exclusivamente da intensidade de um fenômeno climático, pois situações com menor magnitude também poderão exigir intervenção quando houver impactos relevantes sobre a população ou sobre a rede assistencial.

Os níveis operacionais representam diferentes graus de mobilização e organização da resposta municipal. A passagem de um nível para outro deverá considerar a avaliação conjunta da Secretaria Municipal de Saúde, do Ponto Focal Municipal e dos setores competentes, respeitando as atribuições institucionais e os procedimentos estabelecidos neste Plano.

NÍVEL 1- NORMALIDADE
Caracterização: Período sem impactos significativos relacionados às condições climáticas relacionadas ao El Niño, com manutenção das atividades rotineiras de prevenção, vigilância e preparação dos serviços de saúde.
Ações Principais: • Monitorar as condições climáticas e os indicadores de saúde. • Atualizar protocolos, fluxos de comunicação e contatos institucionais. • Orientar a população sobre medidas preventivas. • Identificar grupos vulneráveis e áreas de risco. • Verificar a disponibilidade de medicamentos, insumos e recursos essenciais. • Manter a articulação entre os setores da Secretaria Municipal de Saúde e a Defesa Civil.
NÍVEL 2 - ATENÇÃO
Caracterização: Situação de risco potencial, com previsão de condições climáticas capazes de afetar a saúde da população, exigindo intensificação do monitoramento contínuo e preparação dos serviços para possível agravamento.
Ações Principais: • Intensificar o acompanhamento dos alertas meteorológicos e ambientais. • Monitorar possíveis alterações nos indicadores de saúde. • Reforçar a comunicação entre os setores envolvidos. • Verificar a disponibilidade de profissionais, medicamentos e insumos. • Orientar os grupos vulneráveis sobre medidas de proteção. • Avaliar possíveis dificuldades de acesso às unidades de saúde. • Preparar os serviços para eventual agravamento do cenário.
NÍVEL 3 - ALERTA
Caracterização: Situação de maior risco relacionado ao El Niño, com possibilidade elevada de impactos à saúde ou identificação de ocorrências que demandem ampliação das medidas preventivas e mobilização dos setores municipais.
Ações Principais: • Mobilizar os setores envolvidos na resposta municipal. • Intensificar a vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental.

• Avaliar a capacidade de atendimento das unidades de saúde. • Reforçar a comunicação de risco com os profissionais e a população. • Intensificar o acompanhamento dos grupos vulneráveis. • Articular ações com a Defesa Civil e os demais órgãos competentes. • Avaliar a necessidade de recursos adicionais e de ativação de uma estrutura de coordenação de emergência em saúde.
NÍVEL 4 - EMERGÊNCIA
Caracterização: Situação em que os impactos climáticos comprometem a saúde da população, o funcionamento dos serviços ou o acesso à assistência, exigindo mobilização intensiva e medidas extraordinárias de resposta.
Ações Principais: • Intensificar a coordenação das ações de saúde e a articulação com a Defesa Civil. • Monitorar os agravos à saúde e as necessidades da população afetada. • Garantir, conforme a capacidade disponível, a continuidade dos serviços essenciais. • Organizar encaminhamentos e transporte de pacientes quando necessário. • Mobilizar medicamentos, insumos, equipamentos e recursos adicionais. • Reforçar as orientações à população e a comunicação entre os órgãos envolvidos. • Manter contato com a SESA/ES e a Superintendência Regional de Saúde para alinhamento e solicitação de apoio. • Registrar as ações executadas e organizar a recuperação dos serviços após o evento.

7.ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO MUNICIPAL

A coordenação do Plano Municipal de Contingência para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante, mediante designação formal de um Ponto Focal Municipal, responsável por articular as ações, acompanhar a execução das medidas previstas e promover a integração entre os diferentes setores envolvidos. O grupo de coordenação deverá atuar de forma integrada e intersetorial, considerando as competências de cada área, com o objetivo de fortalecer a capacidade de preparação, prevenção, monitoramento e resposta aos possíveis impactos do fenômeno climático sobre a saúde da população. A composição mínima do grupo será constituída pelos seguintes profissionais e setores:

Composição do grupo de coordenação:

- Secretário(a) Municipal de Saúde;
- Ponto Focal Municipal para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño;
- Representante da Atenção Primária à Saúde;
- Representante da Vigilância Epidemiológica;
- Representante da Vigilância Sanitária;
- Representante da Vigilância Ambiental;

- Representante da Assistência Farmacêutica;
- Representante da Regulação;
- Representante do Transporte Sanitário;
- Representante do Hospital;
- Representante da Saúde Mental;
- Representante da Imunização;
- Representante da Defesa Civil.

7.1 Atribuições do Ponto Focal

O Ponto Focal Municipal será responsável por coordenar e articular as ações previstas no Plano Municipal de Contingência, atuando como referência técnica e operacional para a integração dos setores envolvidos. Compete a esse profissional acompanhar a implementação das medidas de prevenção, preparação, resposta e recuperação, promover o fluxo de informações entre os serviços e apoiar a tomada de decisões diante de situações que possam comprometer a saúde da população em decorrência dos efeitos do fenômeno climático. São atribuições do Ponto Focal Municipal:

● Coordenar e acompanhar a execução das ações previstas no Plano Municipal de Contingência;
● Articular os setores e serviços integrantes do grupo de coordenação, promovendo a atuação integrada e intersetorial;
● Monitorar, em conjunto com as áreas técnicas, os riscos e os possíveis impactos do fenômeno El Niño sobre a saúde da população;
●Manter atualizadas as informações sobre os cenários de risco, as vulnerabilidades identificadas e a capacidade de resposta dos serviços de saúde;
● Promover a comunicação entre a Secretaria Municipal de Saúde, a Defesa Civil e os demais setores envolvidos;
● Convocar reuniões técnicas, quando necessário, para avaliação dos riscos, alinhamento das ações e definição de medidas prioritárias;
● Acompanhar o cumprimento das responsabilidades estabelecidas para cada setor no Plano;
● Apoiar a organização e a mobilização dos recursos humanos, materiais, medicamentos, insumos e demais recursos necessários à resposta;
● Garantir o fluxo oportuno de informações sobre ocorrências, alertas e situações de emergência que possam afetar a saúde pública;

● Acompanhar os indicadores e registros relacionados aos possíveis agravos à saúde associados aos eventos climáticos;

● Identificar necessidades de atualização do Plano, propondo ajustes conforme as mudanças no cenário epidemiológico, ambiental e climático;

● Elaborar e consolidar relatórios sobre as ações executadas, as dificuldades identificadas e as medidas adotadas;

● Apoiar a avaliação das ações realizadas após situações de emergência, contribuindo para o aprimoramento da capacidade de preparação e resposta do município

7.2 Sala Situação

A Secretaria Municipal de Saúde deverá instituir uma Sala de Situação Municipal para o monitoramento contínuo dos cenários climático, epidemiológico e assistencial, com o objetivo de identificar precocemente riscos, acompanhar possíveis impactos do fenômeno El Niño sobre a saúde da população e subsidiar a tomada de decisões. Esse acompanhamento deverá contemplar os alertas meteorológicos, as variações de temperatura, o volume de chuvas, os períodos de estiagem, a umidade do ar, as queimadas, a presença de fumaça e os riscos hidrológicos, além da análise dos indicadores epidemiológicos relacionados às doenças diarreicas, arboviroses, doenças respiratórias, cardiovasculares e renais, acidentes, traumas e outros agravos potencialmente associados aos eventos climáticos.

Também deverão ser monitorados os indicadores assistenciais, incluindo a demanda por atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde e no Hospital, a necessidade de hidratação, a ocupação de leitos, as transferências de pacientes, as solicitações de transporte sanitário, o absenteísmo dos profissionais e a disponibilidade de medicamentos e insumos, permitindo avaliar a capacidade de resposta da rede municipal de saúde e orientar a adoção oportuna de medidas preventivas e assistenciais.

Os dados da sala de situação serão organizados em planilhas, relatórios ou painéis de monitoramento, permitindo acompanhar a evolução dos indicadores climáticos, epidemiológicos e assistenciais, identificar alterações relevantes e reconhecer situações que exijam intervenção. As informações serão compartilhadas entre os setores responsáveis, subsidiando reuniões de avaliação conforme a necessidade e a gravidade do cenário, a definição de prioridades e a adoção de medidas preventivas ou de resposta. Em situações de alerta ou agravamento dos riscos, o monitoramento poderá ser intensificado, com atualização mais frequente dos dados e articulação entre os serviços para garantir uma resposta oportuna e coordenada. Todas as ações, decisões e medidas adotadas

deverão ser registradas, possibilitando o acompanhamento da execução do Plano, a avaliação dos resultados e a revisão das estratégias sempre que necessário.

8. AÇÕES DAS ÁREAS TÉCNICAS POR NÍVEL OPERACIONAL

As ações estabelecidas no Plano Municipal de Contingência para o Enfrentamento dos Efeitos do El Niño 2026–2027 serão estruturadas de acordo com diferentes níveis operacionais: Normalidade, Atenção, Alerta e Emergência. Essa organização permitirá orientar a implementação gradual das medidas de monitoramento, prevenção, preparação e resposta, conforme as condições climáticas observadas e a identificação de possíveis riscos à saúde da população. A definição dos níveis operacionais contribuirá para uma atuação integrada, proporcional à gravidade do cenário e oportuna por parte dos setores envolvidos na Secretaria Municipal de Saúde. As ações serão distribuídas em uma matriz operacional, organizada por setor e nível de resposta, com a descrição das atividades previstas e a identificação dos respectivos responsáveis, de modo a facilitar a mobilização das equipes, o acompanhamento das medidas estabelecidas e a avaliação da capacidade de resposta dos serviços municipais de saúde.

GERÊNCIA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (GVS)
NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE
• Manter a rotina de vigilância epidemiológica, com recebimento, análise e acompanhamento das notificações de doenças e agravos de interesse para a saúde pública. • Monitorar o comportamento epidemiológico dos agravos potencialmente relacionados às condições climáticas, incluindo doenças de transmissão hídrica e alimentar, arboviroses, leptospirose, doenças respiratórias e agravos decorrentes da exposição ao calor, conforme os sistemas de vigilância aplicáveis. • Verificar a regularidade dos fluxos de notificação, investigação, encerramento e comunicação dos casos entre os serviços de saúde e a Vigilância Epidemiológica. • Manter atualizados os contatos institucionais e os procedimentos para comunicação de eventos que possam exigir resposta imediata. • Orientar os serviços assistenciais sobre a identificação, o registro e a comunicação oportuna de situações epidemiológicas relevantes.
NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO
• Intensificar a análise dos dados epidemiológicos diante de alertas climáticos ou ambientais

que possam favorecer o surgimento ou o aumento de agravos à saúde.

- Acompanhar alterações no número de atendimentos, notificações e internações relacionadas às condições ambientais identificadas.
- Reforçar junto às unidades de saúde os procedimentos de notificação e comunicação de casos suspeitos de relevância epidemiológica.
- Estabelecer comunicação mais frequente com a Atenção Primária, a Vigilância Ambiental, os serviços hospitalares e os demais setores envolvidos.
- Elaborar informes técnicos internos quando forem identificadas situações que exijam maior atenção dos serviços de saúde.
- Avaliar a necessidade de intensificar a investigação epidemiológica e de recomendar medidas preventivas em áreas ou grupos populacionais potencialmente expostos.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Ampliar o acompanhamento epidemiológico das áreas atingidas ou sob maior risco, priorizando agravos relacionados ao evento em curso.
- Organizar o fluxo de recebimento e análise de informações provenientes das unidades de saúde, dos serviços hospitalares e dos demais pontos de atenção.
- Avaliar possíveis concentrações de casos, mudanças no perfil dos atendimentos e sinais de ocorrência de surtos ou eventos de interesse para a saúde pública.
- Comunicar oportunamente situações relevantes à coordenação municipal e às instâncias regionais e estaduais competentes.
- Subsidiar a tomada de decisão com informações epidemiológicas atualizadas, identificando grupos vulneráveis e localidades que necessitem de ações prioritárias.
- Apoiar a definição de estratégias de prevenção, busca ativa e orientação da população, em articulação com os setores responsáveis.
- Acompanhar a continuidade das notificações e investigações mesmo quando houver comprometimento parcial dos serviços de saúde.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

Intensificar a vigilância epidemiológica nas áreas afetadas, conforme a magnitude do evento e a capacidade operacional disponível.

- Priorizar a identificação e a comunicação de agravos que possam representar risco coletivo, incluindo possíveis surtos, doenças relacionadas à água e aos alimentos e consequências diretas da exposição a eventos climáticos extremos.
- Consolidar informações sobre casos, atendimentos, internações e outros indicadores relevantes para subsidiar as decisões da gestão municipal.
- Manter articulação permanente com os serviços assistenciais, a Vigilância Ambiental, a Defesa Civil e as autoridades sanitárias competentes.
- Apoiar a avaliação dos riscos sanitários e epidemiológicos associados ao deslocamento da população, à interrupção do abastecimento de água, aos danos ambientais e à precarização temporária das condições de vida.
- Recomendar medidas de vigilância e prevenção compatíveis com o cenário, respeitando as competências dos órgãos envolvidos.
- Garantir, na medida da capacidade operacional disponível, a preservação dos registros e a

continuidade das atividades essenciais de vigilância, mesmo diante de restrições de acesso ou comunicação.

ATENÇÃO PRIMÁRIA (APS)
NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE
• Manter o funcionamento regular das Unidades Básicas de Saúde e a continuidade das ações assistenciais e preventivas desenvolvidas no território. • Identificar e acompanhar pessoas e famílias em condições de maior vulnerabilidade, incluindo idosos, crianças, gestantes, pessoas com doenças crônicas, pessoas com deficiência e indivíduos que dependam de cuidados contínuos. • Atualizar os registros territoriais e as informações necessárias à localização de usuários que possam necessitar de acompanhamento prioritário durante eventos climáticos. • Desenvolver ações de educação em saúde sobre hidratação, armazenamento seguro de água, prevenção de doenças, proteção contra o calor e cuidados em períodos de chuva intensa. • Verificar a disponibilidade de insumos essenciais e a existência de procedimentos para encaminhamento de usuários que necessitem de atendimento em outros pontos da rede. • Manter atualizados os fluxos de comunicação entre as equipes de Saúde da Família, a coordenação da APS e os demais setores municipais.
NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO
• Reforçar o acompanhamento de usuários com maior risco de agravamento clínico diante de calor intenso, estiagem, exposição à fumaça ou interrupção temporária de serviços essenciais. • Orientar as equipes para reconhecer sinais de desidratação, exaustão pelo calor, agravamento de doenças crônicas, sintomas respiratórios e outros problemas relacionados ao cenário climático. • Intensificar as orientações às famílias sobre medidas de proteção individual e coletiva, conforme os riscos identificados no território. • Avaliar a necessidade de ampliar contatos telefônicos, visitas domiciliares e outras formas de acompanhamento de pessoas vulneráveis. • Verificar a disponibilidade de medicamentos de uso contínuo e identificar usuários que possam enfrentar dificuldades para manter o tratamento. • Planejar ajustes na organização dos atendimentos caso haja previsão de aumento da demanda ou possibilidade de restrição de acesso às unidades.
NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

Intensificar o acompanhamento territorial das famílias e dos usuários prioritários, de acordo com a exposição e a gravidade dos riscos identificados.

- Reorganizar agendas, visitas domiciliares e atividades coletivas quando necessário para assegurar a assistência aos grupos mais vulneráveis.
- Priorizar a avaliação de pessoas com sinais de agravamento clínico ou com dificuldade de acesso aos serviços de saúde.
- Articular o encaminhamento de usuários que necessitem de atendimento de maior complexidade, observando os fluxos de regulação e a disponibilidade da rede assistencial.
- Reforçar as orientações sobre segurança da água, prevenção de doenças, cuidados com alimentos, exposição ao calor, fumaça e ambientes atingidos por alagamentos.
- Comunicar à coordenação municipal as dificuldades de acesso da população, a indisponibilidade de insumos e eventuais limitações estruturais que comprometam a assistência.
- Avaliar a necessidade de reorganizar temporariamente os locais ou horários de atendimento, conforme as condições de segurança e as orientações da gestão.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Priorizar a assistência às pessoas diretamente afetadas e aos usuários com maior risco de descompensação clínica, conforme a capacidade de atendimento disponível.
- Organizar, em articulação com a gestão municipal e a Defesa Civil, estratégias de atendimento em áreas afetadas ou em locais temporários de acolhimento, quando necessário e viável.
- Manter acompanhamento dos usuários que dependam de medicamentos, curativos, oxigenoterapia, acompanhamento de doenças crônicas ou outras intervenções contínuas, respeitando as condições de segurança.
- Identificar pessoas impossibilitadas de comparecer às unidades e avaliar alternativas assistenciais compatíveis com os recursos disponíveis.
- Reorganizar os fluxos de atendimento quando houver comprometimento de instalações, interrupção de vias de acesso ou aumento expressivo da demanda.
- Comunicar imediatamente à coordenação da APS e à gestão municipal as situações que ameacem a continuidade da assistência.
- Participar do planejamento de recuperação dos serviços e da retomada gradual das atividades regulares após a redução dos riscos.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NÍVEL OPERACIONAL 1- NORMALIDADE

- Executar as ações regulares de vigilância sanitária nos estabelecimentos e serviços sujeitos à fiscalização municipal, conforme as competências legais.
- Acompanhar as condições de higiene, conservação, armazenamento, preparo e distribuição

de alimentos, bem como os aspectos sanitários relacionados ao fornecimento de água.

- Orientar estabelecimentos de interesse à saúde sobre medidas preventivas aplicáveis a períodos de calor, estiagem e chuvas intensas.
- Manter organizados os registros das inspeções, os contatos institucionais e os procedimentos de comunicação de riscos sanitários.
- Orientar os serviços de saúde sobre a manutenção de condições adequadas de limpeza, manejo de resíduos e prevenção de contaminações.
- Articular-se com a Vigilância Ambiental e os demais órgãos competentes diante de situações que possam comprometer a segurança sanitária da população.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Intensificar a orientação sanitária aos estabelecimentos potencialmente vulneráveis a alterações no abastecimento de água, à elevação das temperaturas e às chuvas intensas.
- Avaliar a necessidade de inspeções direcionadas em locais que armazenem, preparem ou distribuam alimentos e água para consumo humano.
- Reforçar a verificação das condições de conservação dos alimentos, higienização de superfícies, controle de temperatura e disponibilidade de água em condições adequadas de uso.
- Orientar os responsáveis por serviços de saúde quanto aos procedimentos para manutenção das condições sanitárias em situações de instabilidade climática.
- Identificar situações que possam favorecer contaminações ou comprometer a segurança de produtos e serviços, comunicando-as às autoridades competentes.
- Preparar a reorganização das atividades de fiscalização caso o cenário indique aumento dos riscos ou necessidade de atuação prioritária.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Priorizar inspeções e orientações sanitárias em estabelecimentos localizados em áreas afetadas ou expostos a riscos relacionados ao evento climático.
- Avaliar as condições sanitárias de locais destinados ao acolhimento temporário de pessoas, quando houver solicitação ou necessidade identificada, em articulação com os órgãos responsáveis.
- Investigar e encaminhar situações relacionadas à suspeita de contaminação de alimentos, água ou outros produtos sujeitos à vigilância sanitária.
- Recomendar medidas corretivas aos responsáveis pelos estabelecimentos, conforme a legislação e a gravidade do risco identificado.
- Articular-se com a Vigilância Epidemiológica e Ambiental para investigar possíveis relações entre condições sanitárias inadequadas e ocorrência de agravos à saúde.
- Comunicar à coordenação municipal os riscos que exijam providências intersetoriais ou apoio de instâncias sanitárias estaduais.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Direcionar as ações de vigilância sanitária para os riscos prioritários decorrentes do evento, observando as competências legais e a segurança das equipes.
- Avaliar as condições sanitárias de abrigos, pontos de distribuição de alimentos e água e outros locais de atendimento coletivo, quando existentes.
- Apoiar a investigação de eventos relacionados a possíveis contaminações de água e alimentos, em conjunto com os setores competentes.
- Orientar sobre medidas de controle, correção ou restrição de atividades quando forem identificados riscos sanitários relevantes, conforme a legislação aplicável.
- Verificar, dentro de suas atribuições, as condições de funcionamento dos serviços de saúde afetados pelo evento e as medidas necessárias à proteção dos usuários.
- Registrar as ocorrências, as providências adotadas e as necessidades de apoio técnico ou operacional.
- Participar da avaliação sanitária posterior ao evento e da definição de medidas para prevenir a recorrência dos problemas identificados.

VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Monitorar informações ambientais relacionadas à qualidade da água, às condições climáticas, à presença de vetores e a outros fatores que possam influenciar a saúde da população.
- Acompanhar os riscos ambientais existentes no território, considerando áreas sujeitas a alagamentos, deslizamentos, estiagem, queimadas e acúmulo de resíduos.
- Manter articulação com os órgãos municipais responsáveis pelo meio ambiente, saneamento, limpeza urbana e proteção e defesa civil.
- Desenvolver ações educativas sobre prevenção de criadouros de vetores, armazenamento seguro de água e destinação adequada de resíduos.
- Manter registros atualizados das atividades de campo, das áreas prioritárias e das situações ambientais que demandem acompanhamento.
- Orientar a população sobre medidas preventivas relacionadas aos riscos ambientais identificados no município.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Intensificar o acompanhamento das condições ambientais diante de alertas de estiagem, calor intenso, chuvas volumosas ou possibilidade de queimadas.
- Avaliar a necessidade de ampliar as inspeções e atividades de campo em áreas com maior probabilidade de exposição da população.
- Reforçar as ações de prevenção e controle de vetores em locais com condições favoráveis à

proliferação, conforme as características do evento.

- Acompanhar informações sobre a disponibilidade e a qualidade da água para consumo humano, articulando-se com os responsáveis pelo abastecimento e com as autoridades competentes.
- Identificar locais com acúmulo de resíduos, água parada, fumaça ou outras condições que possam favorecer agravos à saúde.
- Comunicar os riscos identificados à coordenação municipal e aos setores responsáveis pela adoção de medidas corretivas.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar o monitoramento ambiental nas áreas sob risco ou diretamente atingidas, priorizando situações com potencial de exposição coletiva.
- Realizar avaliações de campo conforme as condições de segurança e a disponibilidade das equipes.
- Apoiar a identificação de locais com risco de contaminação da água, proliferação de vetores, exposição à fumaça ou contato com ambientes potencialmente contaminados.
- Articular ações com a Vigilância Epidemiológica, a Vigilância Sanitária, a APS e os órgãos de proteção e defesa civil.
- Orientar a população sobre os cuidados necessários diante de água possivelmente contaminada, resíduos, animais peçonhentos, fumaça e outros perigos ambientais.
- Comunicar de forma oportuna situações que demandem intervenção de outros setores, apoio regional ou medidas de proteção da população.
- Subsidiar a priorização de áreas para ações de prevenção e controle ambiental.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Concentrar as ações de vigilância ambiental nos locais atingidos e nas situações que representem risco imediato ou relevante à saúde pública.
- Apoiar a avaliação de riscos associados a inundações, deslizamentos, queimadas, contaminação ambiental e comprometimento do abastecimento de água, conforme a natureza do evento.
- Orientar a população e os serviços de saúde sobre medidas de proteção diante dos riscos identificados.
- Articular-se com os órgãos responsáveis para encaminhamento de demandas relacionadas à água para consumo humano, resíduos, vetores e condições ambientais inseguras.
- Comunicar imediatamente os achados que exijam providências urgentes e acompanhar as medidas adotadas pelos setores competentes.
- Registrar as áreas avaliadas, os riscos identificados e as ações realizadas, respeitando as condições de segurança das equipes.
- Participar da avaliação ambiental após o evento e apoiar a definição de medidas de prevenção e recuperação.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter o controle dos estoques de medicamentos, insumos e materiais essenciais, observando os procedimentos de armazenamento, conservação e distribuição.
- Acompanhar os prazos de validade, as condições de acondicionamento e a regularidade do abastecimento dos serviços municipais.
- Identificar medicamentos e insumos cuja disponibilidade seja fundamental para a continuidade do cuidado de pessoas com doenças crônicas e outras condições que exijam tratamento contínuo.
- Manter atualizados os fluxos de solicitação, reposição e distribuição de produtos farmacêuticos.
- Verificar as condições de conservação dos medicamentos que necessitem de controle específico de temperatura.
- Planejar medidas para reduzir o risco de perdas de estoque em situações de interrupção de energia, dificuldades logísticas ou restrições de transporte.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Revisar a disponibilidade de medicamentos e insumos essenciais diante da previsão de eventos que possam comprometer o abastecimento ou aumentar a demanda assistencial.
- Intensificar o acompanhamento dos produtos sujeitos a condições específicas de conservação, especialmente quando houver risco de interrupção de energia ou falha de refrigeração.
- Verificar a necessidade de reposição antecipada, respeitando os fluxos administrativos, a capacidade de armazenamento e as normas aplicáveis.
- Articular-se com a APS e os demais serviços para identificar usuários que possam enfrentar dificuldades de acesso aos medicamentos de uso contínuo.
- Avaliar os riscos de desabastecimento relacionados a interrupções de vias, dificuldades de transporte ou aumento inesperado da demanda.
- Preparar estratégias de redistribuição interna de estoques, quando tecnicamente viáveis e autorizadas.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar o controle dos estoques de medicamentos e insumos prioritários, com acompanhamento mais frequente da disponibilidade e do consumo.
- Priorizar o abastecimento dos serviços com maior demanda assistencial ou localizados em áreas com risco de isolamento.
- Avaliar a necessidade de remanejamento de produtos entre unidades, observando os requisitos técnicos, sanitários e administrativos.

- Verificar as condições de armazenamento e conservação dos medicamentos nos serviços afetados ou com risco de comprometimento estrutural.
- Comunicar à coordenação municipal os riscos de desabastecimento e as necessidades de aquisição, transporte ou apoio logístico.
- Articular-se com os setores responsáveis para assegurar o fornecimento de medicamentos indispensáveis à continuidade dos tratamentos.
- Planejar medidas para prevenir perdas decorrentes de falhas de refrigeração, umidade, calor excessivo ou danos às instalações.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Priorizar a distribuição dos medicamentos e insumos essenciais conforme as necessidades assistenciais identificadas e a disponibilidade existente.
- Monitorar as condições de conservação dos produtos farmacêuticos e providenciar, pelos fluxos institucionais, alternativas adequadas quando houver comprometimento do armazenamento.
- Apoiar a continuidade dos tratamentos de usuários prioritários em articulação com a APS e os demais serviços de saúde.
- Comunicar imediatamente situações de desabastecimento, perda de produtos ou comprometimento da cadeia de conservação que possam afetar a assistência.
- Organizar, conforme os recursos disponíveis, a distribuição e o transporte de medicamentos para serviços afetados ou temporariamente reorganizados.
- Manter registros das movimentações, perdas, remanejamentos e necessidades extraordinárias de abastecimento.
- Contribuir para a reposição dos estoques e a recuperação da capacidade operacional após o encerramento da fase crítica.

REGULAÇÃO EM SAÚDE

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter atualizados os fluxos de encaminhamento e acesso aos serviços de média e alta complexidade, conforme a organização regional da rede assistencial.
- Assegurar a regularidade dos procedimentos de solicitação, análise, priorização e acompanhamento das demandas de regulação sob responsabilidade municipal.
- Manter atualizados os contatos dos serviços de referência e as orientações para encaminhamento de usuários.
- Acompanhar as solicitações pendentes e identificar situações que possam exigir atenção prioritária em razão da condição clínica.
- Articular-se com a APS, os serviços hospitalares e os demais pontos de atenção para

favorecer a continuidade do cuidado.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Avaliar a possibilidade de impacto do evento climático sobre o acesso dos usuários aos serviços regulados e aos pontos de referência.
- Revisar os fluxos de comunicação com os prestadores e serviços de referência diante de eventuais alterações de funcionamento.
- Identificar encaminhamentos prioritários de usuários com condições clínicas que não possam sofrer interrupção prolongada.
- Preparar estratégias de reorganização dos agendamentos e encaminhamentos caso ocorram restrições de acesso ou aumento da demanda.
- Comunicar à coordenação municipal possíveis dificuldades de transporte, indisponibilidade de serviços ou mudanças na capacidade de atendimento.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar o acompanhamento das demandas regulatórias relacionadas aos usuários afetados pelo evento.
- Priorizar, segundo critérios clínicos e os protocolos vigentes, os encaminhamentos que não possam ser adiados sem risco à saúde.
- Articular-se com os serviços de referência para verificar a capacidade de atendimento e possíveis mudanças temporárias nos fluxos assistenciais.
- Reorganizar os encaminhamentos quando houver interrupção de vias, restrição de transporte ou indisponibilidade de determinado ponto de atenção.
- Informar os serviços solicitantes sobre alterações nos fluxos e as orientações estabelecidas pela gestão.
- Apoiar a identificação de usuários que necessitem de transferência ou continuidade assistencial em outro serviço de referência, conforme a regulação aplicável.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

Concentrar os esforços regulatórios nas demandas prioritárias, de acordo com a gravidade clínica e os protocolos vigentes.

- Manter comunicação contínua com os serviços de referência e os setores responsáveis pelo transporte sanitário, conforme a necessidade.
- Apoiar a reorganização dos encaminhamentos e das transferências diante de interrupções de acesso ou alterações na capacidade da rede.
- Acompanhar a situação dos usuários cujo tratamento, exame ou procedimento tenha sido afetado pelo evento, orientando os serviços quanto aos fluxos disponíveis.

- Comunicar à coordenação municipal as limitações que possam comprometer a continuidade assistencial e demandar articulação regional.
- Registrar as alterações relevantes dos fluxos de regulação e apoiar a retomada dos atendimentos programados após a normalização das condições.

TRANSPORTE SANITÁRIO

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter a organização da frota destinada ao transporte sanitário, observando as condições de segurança, manutenção e disponibilidade dos veículos.
- Verificar a regularidade dos documentos, dos equipamentos obrigatórios e dos procedimentos operacionais aplicáveis.
- Manter atualizados os contatos dos serviços de saúde e os fluxos de solicitação de transporte.
- Planejar rotas considerando as condições habituais de acesso às unidades e aos serviços de referência.
- Identificar trajetos potencialmente vulneráveis a alagamentos, deslizamentos, quedas de barreiras ou outras ocorrências que possam comprometer a circulação.
- Orientar os responsáveis pela operação quanto aos procedimentos de comunicação de riscos nas vias e alterações de itinerário.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Acompanhar as condições das vias e os alertas relacionados a trechos sujeitos a interrupções ou dificuldades de circulação.
- Verificar as condições mecânicas dos veículos e a disponibilidade de recursos necessários à continuidade do serviço.
- Avaliar a necessidade de ajustar rotas e horários de transporte diante da previsão de eventos climáticos adversos.
- Identificar pacientes com consultas, procedimentos ou tratamentos contínuos que possam ser prejudicados por alterações no transporte.
- Manter comunicação com a APS, a Regulação e os serviços de referência sobre possíveis dificuldades de deslocamento.
- Preparar alternativas operacionais para os trajetos mais vulneráveis, respeitando as condições de segurança.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Reorganizar os trajetos e horários de transporte conforme as condições reais das vias e as orientações dos órgãos competentes.
- Priorizar deslocamentos relacionados a situações clínicas urgentes e a tratamentos cuja

interrupção possa representar risco significativo.

- Manter comunicação frequente com a coordenação municipal e a Defesa Civil sobre interdições, riscos e mudanças nas condições de circulação.
- Avaliar a viabilidade de rotas alternativas antes de realizar deslocamentos para áreas afetadas ou com acesso comprometido.
- Comunicar aos serviços solicitantes eventuais atrasos, cancelamentos ou restrições de transporte.
- Verificar as necessidades de deslocamento de usuários vulneráveis e articular soluções compatíveis com a segurança e a disponibilidade de veículos.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Direcionar os recursos de transporte disponíveis para as demandas prioritárias, de acordo com a gravidade clínica e a organização da resposta municipal.
- Realizar deslocamentos somente quando houver condições de segurança e viabilidade operacional, respeitando as orientações da Defesa Civil e dos órgãos responsáveis pelas vias.
- Manter articulação permanente com a Regulação, a APS, os serviços hospitalares e a coordenação municipal para organizar transferências e deslocamentos essenciais.
- Informar imediatamente sobre vias interditadas, trajetos inseguros, avarias ou situações que impeçam a execução do transporte.
- Apoiar a reorganização do transporte de pacientes quando unidades ou serviços de referência estiverem temporariamente indisponíveis.
- Registrar as alterações relevantes da operação, os deslocamentos realizados e as limitações enfrentadas.
- Planejar a retomada gradual das rotas habituais após a avaliação das condições de segurança.

SERVIÇO HOSPITALAR DE REFERÊNCIA

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter os fluxos assistenciais de urgência e emergência e os procedimentos de encaminhamento e referência estabelecidos na rede.
- Acompanhar a capacidade operacional dos serviços, incluindo disponibilidade de leitos, equipes, medicamentos, insumos e equipamentos essenciais.
- Manter atualizados os protocolos para atendimento de agravos potencialmente relacionados a eventos climáticos.
- Verificar os procedimentos de contingência para interrupções de energia, abastecimento de água, comunicação e acesso às instalações.
- Articular-se com a gestão municipal e os demais pontos de atenção para favorecer a continuidade do cuidado.

- Orientar as equipes sobre o reconhecimento e o manejo inicial dos agravos associados ao calor, à fumaça, às inundações e a outros eventos ambientais.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Avaliar a necessidade de revisão dos procedimentos internos de preparação diante de alertas climáticos relevantes.
- Acompanhar a disponibilidade de leitos, insumos, medicamentos e equipes para identificar possíveis limitações na resposta assistencial.
- Reforçar os protocolos relacionados ao atendimento de desidratação, agravos respiratórios, traumas, doenças infecciosas e outros quadros compatíveis com os riscos identificados.
- Verificar os recursos necessários para manter o funcionamento dos setores essenciais em caso de interrupção de serviços públicos.
- Articular-se com a Regulação e o Transporte Sanitário para antecipar dificuldades de encaminhamento e transferência.
- Comunicar à gestão municipal necessidades de apoio ou riscos de comprometimento da capacidade de atendimento.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Reavaliar a capacidade de atendimento diante da possibilidade de aumento da demanda relacionada ao evento climático.
- Organizar os fluxos internos para acolhimento, classificação de risco e assistência aos pacientes, conforme os protocolos institucionais.
- Verificar a disponibilidade de equipes, insumos, medicamentos e equipamentos indispensáveis ao atendimento de urgência.
- Reforçar a comunicação com os serviços municipais e regionais de referência sobre alterações de capacidade, encaminhamentos e transferências.
- Preparar medidas para preservar o funcionamento dos setores essenciais diante de possíveis falhas de energia, abastecimento de água ou acesso à unidade.
- Informar à gestão municipal as limitações que possam exigir apoio logístico, reorganização da rede ou articulação regional.
- Acompanhar os riscos aos trabalhadores e usuários, adotando medidas de proteção compatíveis com as condições do local.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Priorizar o atendimento conforme a gravidade clínica e os protocolos assistenciais vigentes.
- Mobilizar os recursos disponíveis para preservar os serviços essenciais, observando os procedimentos institucionais de contingência.
- Reorganizar os fluxos de atendimento, internação e transferência quando houver aumento expressivo da demanda ou comprometimento parcial da estrutura.

- Comunicar imediatamente à gestão municipal e aos serviços de regulação qualquer limitação que afete a capacidade de atendimento.
- Implementar medidas previstas para contingências de energia, água, comunicação, acesso físico ou comprometimento de áreas da unidade.
- Manter a segurança dos pacientes, acompanhantes e trabalhadores, respeitando as orientações técnicas e de proteção e defesa civil.
- Registrar os impactos sobre a assistência, os recursos utilizados e as necessidades para recuperação da capacidade operacional.
- Participar do planejamento de retomada dos fluxos regulares após a redução dos riscos e a avaliação das condições de funcionamento.

IMUNIZAÇÃO

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter as atividades regulares de vacinação e o acompanhamento da cobertura vacinal conforme as diretrizes vigentes.
- Verificar as condições de armazenamento, conservação e transporte dos imunobiológicos, incluindo o monitoramento da temperatura dos equipamentos.
- Manter atualizados os registros de estoque, validade, distribuição e movimentação dos imunobiológicos.
- Orientar as equipes sobre os procedimentos a serem adotados diante de falhas de refrigeração ou interrupções de energia.
- Articular-se com a APS e a Vigilância Epidemiológica para identificar necessidades de vacinação e prevenir a ocorrência de doenças imunopreveníveis.
- Manter organizados os fluxos para registro, investigação e comunicação de eventos relacionados à vacinação, conforme os protocolos aplicáveis.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

Avaliar a capacidade de conservação dos imunobiológicos diante da possibilidade de interrupções de energia, calor intenso ou dificuldades logísticas.

- Verificar a disponibilidade de recursos necessários para preservar a cadeia de frio e assegurar a continuidade das atividades de vacinação.
- Preparar procedimentos de contingência para transferência segura dos imunobiológicos, quando houver risco de comprometimento das condições de armazenamento.
- Identificar áreas ou grupos populacionais que possam enfrentar dificuldades de acesso à vacinação em decorrência do evento climático.
- Reforçar as orientações às equipes sobre registro e comunicação de excursões de temperatura e outras ocorrências que possam comprometer os produtos.
- Avaliar, com a coordenação responsável, a necessidade de ajustes temporários no

funcionamento das salas de vacina.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar o acompanhamento das condições de armazenamento dos imunobiológicos e da disponibilidade dos equipamentos de refrigeração.
- Organizar medidas de proteção da cadeia de frio diante de possíveis falhas de energia ou restrições de transporte.
- Avaliar a necessidade de reorganizar temporariamente as atividades de vacinação em unidades afetadas ou com acesso comprometido.
- Priorizar a comunicação com a coordenação municipal sobre riscos de perda de imunobiológicos, falta de insumos ou interrupção das atividades.
- Articular-se com a Vigilância Epidemiológica e a APS para identificar necessidades de vacinação relacionadas ao cenário epidemiológico e às orientações das autoridades competentes.
- Manter registros das medidas adotadas para preservar os imunobiológicos e garantir a segurança das atividades.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Priorizar a preservação da cadeia de frio e a segurança dos imunobiológicos, conforme as orientações técnicas vigentes.
- Adotar os procedimentos de contingência previstos para falhas de energia, comprometimento de equipamentos ou necessidade de transferência dos produtos para local adequado.
- Avaliar a condição dos imunobiológicos expostos a excursões de temperatura e seguir as orientações técnicas antes de utilizá-los ou descartá-los.
- Reorganizar as atividades de vacinação de acordo com a segurança das instalações, a disponibilidade de equipes e as necessidades epidemiológicas identificadas.
- Comunicar imediatamente à coordenação responsável as perdas, os riscos de perda e as interrupções que comprometam as ações de imunização.
- Apoiar ações de vacinação extraordinárias somente quando indicadas pelas autoridades competentes e de acordo com as diretrizes vigentes.
- Planejar a retomada das atividades regulares e a reposição dos insumos necessários após a estabilização do cenário.

DEFESA CIVIL MUNICIPAL

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Monitorar os riscos e as áreas suscetíveis a eventos adversos, conforme as atribuições institucionais e os instrumentos municipais de proteção e defesa civil.
- Manter atualizadas as informações sobre áreas de risco, rotas de acesso, locais de abrigo e estruturas potencialmente vulneráveis.
- Articular-se com a Secretaria Municipal de Saúde para compartilhar informações relevantes ao planejamento preventivo.
- Participar, quando convocada, das atividades de planejamento intersetorial e revisão dos procedimentos de resposta.
- Orientar a população sobre medidas de prevenção e segurança diante de riscos climáticos e ambientais.
- Manter os fluxos de comunicação e acionamento dos órgãos municipais envolvidos na resposta a emergências.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Intensificar o acompanhamento das previsões, alertas e informações sobre áreas suscetíveis a estiagem, calor intenso, queimadas, chuvas fortes, alagamentos e deslizamentos.
- Comunicar à coordenação municipal de saúde as informações que possam indicar risco à população ou comprometimento do funcionamento dos serviços.
- Avaliar preventivamente as condições de acesso às unidades de saúde e a outros locais essenciais para a assistência.
- Verificar a necessidade de preparação de estruturas de apoio, locais de acolhimento e rotas alternativas, conforme o cenário.
- Articular-se com os setores responsáveis pelo abastecimento de água, saneamento, manutenção viária e assistência social para antecipar possíveis necessidades.
- Apoiar a divulgação de orientações preventivas à população, conforme os protocolos e as competências institucionais.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar a comunicação de risco e o acompanhamento das áreas potencialmente afetadas.
- Compartilhar com a Saúde informações sobre possíveis interdições, áreas de isolamento, deslocamentos populacionais e necessidade de medidas preventivas.
- Articular a avaliação das condições de segurança dos acessos aos serviços de saúde e dos locais destinados ao atendimento ou acolhimento da população.
- Apoiar o planejamento intersetorial de resposta, incluindo identificação de necessidades de transporte, comunicação, abastecimento e proteção de grupos vulneráveis.
- Coordenar, no âmbito de suas atribuições, as ações de proteção e defesa civil necessárias à redução da exposição da população.
- Comunicar as alterações relevantes do cenário às autoridades responsáveis e apoiar a atualização das prioridades de resposta.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Coordenar as ações de proteção e defesa civil sob sua competência, em articulação com os demais órgãos municipais e as instâncias estaduais, quando necessário.
- Compartilhar informações atualizadas sobre áreas atingidas, riscos imediatos, interdições, necessidade de evacuação e condições de acesso aos serviços essenciais.
- Apoiar a organização de locais de acolhimento temporário e a articulação dos recursos necessários à proteção da população, conforme a estrutura municipal.
- Manter comunicação com a Secretaria Municipal de Saúde para identificar necessidades assistenciais decorrentes do evento e facilitar a coordenação das ações.
- Orientar sobre restrições de acesso a áreas inseguras e apoiar a definição de rotas alternativas, conforme avaliação dos órgãos competentes.
- Contribuir para a identificação das necessidades prioritárias de assistência, transporte, abastecimento e recuperação das áreas afetadas.
- Participar da avaliação pós-evento e do planejamento de medidas para redução dos riscos e fortalecimento da capacidade municipal de resposta.

SAÚDE MENTAL

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter a oferta regular de atenção psicossocial e os fluxos de acompanhamento dos usuários vinculados aos serviços municipais.
- Identificar pessoas com maior vulnerabilidade psicossocial que possam necessitar de atenção durante situações de emergência.
- Orientar as equipes de saúde sobre possíveis repercussões emocionais de eventos climáticos adversos, incluindo ansiedade, sofrimento psíquico e reações ao deslocamento ou à perda de bens.
- Manter atualizados os fluxos de encaminhamento para os serviços de referência em saúde mental.
- Articular-se com a APS e a rede de assistência social para favorecer o acompanhamento de usuários em situação de vulnerabilidade.

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Reforçar a identificação de usuários que possam apresentar agravamento do sofrimento psíquico diante de alertas climáticos ou mudanças importantes nas condições de vida.
- Avaliar a necessidade de intensificar o acompanhamento de pessoas com transtornos mentais, histórico de crises ou dependência de cuidados contínuos.
- Orientar as equipes sobre acolhimento, escuta qualificada e identificação de sinais de agravamento que exijam avaliação profissional.

- Preparar a reorganização dos atendimentos em caso de dificuldade de acesso aos serviços ou necessidade de continuidade assistencial.
- Articular com a APS e a assistência social estratégias de acompanhamento de pessoas e famílias em situação de maior vulnerabilidade.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Intensificar o acolhimento e o acompanhamento psicossocial dos usuários afetados ou expostos a situações de maior risco.
- Priorizar a avaliação de pessoas que apresentem sofrimento psíquico intenso, desorganização emocional ou agravamento de condições preexistentes.
- Apoiar as equipes que atuem em áreas atingidas ou em locais de acolhimento temporário, conforme a organização da resposta municipal.
- Articular os encaminhamentos necessários com os demais pontos da Rede de Atenção Psicossocial e os serviços de referência.
- Orientar familiares e cuidadores sobre formas de apoio e sinais que indiquem necessidade de atendimento especializado.
- Comunicar à coordenação municipal as necessidades de suporte psicossocial identificadas durante o evento.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Organizar o acolhimento psicossocial das pessoas afetadas, em articulação com a rede de saúde e os órgãos responsáveis pelo atendimento à população.
- Priorizar pessoas em sofrimento psíquico agudo, com risco de autoagressão, descompensação clínica ou outras situações que exijam intervenção imediata.
- Favorecer a continuidade do cuidado de usuários que dependam de acompanhamento regular ou de tratamento medicamentoso, respeitando as condições assistenciais disponíveis.
- Apoiar, conforme a capacidade da equipe e a organização municipal, as ações de acolhimento em locais temporários destinados à população afetada.
- Articular encaminhamentos para serviços especializados quando a necessidade ultrapassar a capacidade de resposta local.
- Registrar as demandas assistenciais relevantes e contribuir para o planejamento das ações de acompanhamento após a fase crítica.
- Participar da organização das estratégias de recuperação psicossocial, considerando as consequências prolongadas do evento sobre indivíduos, famílias e comunidades.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

NÍVEL OPERACIONAL 1 - NORMALIDADE

- Manter a vigilância de doenças e agravos de interesse para a saúde pública.
- Acompanhar notificações e indicadores epidemiológicos relacionados a doenças potencialmente influenciadas pelas condições climáticas.
- Manter atualizados os fluxos de notificação, investigação, encerramento e comunicação de casos.
- Orientar os serviços de saúde sobre a identificação e a notificação oportuna de agravos relevantes.
- Organizar informações epidemiológicas que subsidiem o planejamento preventivo municipal.
-

NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO

- Intensificar a análise de dados epidemiológicos diante de alertas climáticos ou ambientais.
- Acompanhar possíveis alterações na ocorrência de doenças, nos atendimentos e nas internações relacionadas ao cenário.
- Reforçar junto aos serviços de saúde a importância da notificação oportuna de casos suspeitos.
- Articular-se com a APS, as vigilâncias Sanitária e Ambiental e os serviços hospitalares.
- Comunicar à coordenação municipal alterações epidemiológicas que exijam maior atenção.

NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA

- Ampliar o acompanhamento epidemiológico das áreas afetadas ou sob maior risco.
- Investigar situações suspeitas de surtos e outros eventos de relevância para a saúde pública, conforme os protocolos aplicáveis.
- Consolidar informações sobre casos, atendimentos e possíveis mudanças no perfil dos agravos.
- Comunicar situações relevantes às autoridades municipais e às instâncias regionais e estaduais competentes.
- Subsidiar a definição de medidas de prevenção e vigilância direcionadas aos grupos mais expostos.

NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA

- Intensificar a vigilância dos agravos relacionados ao evento e priorizar situações que possam representar risco coletivo.
- Consolidar informações epidemiológicas para apoiar a tomada de decisão e a organização da resposta.
- Manter articulação com os serviços assistenciais e os demais setores envolvidos na emergência.
- Comunicar imediatamente ocorrências relevantes que exijam investigação ou providências de saúde pública.
- Acompanhar a continuidade das notificações e investigações e contribuir para a avaliação

epidemiológica após o evento.

VIGIDESASTRE
NÍVEL OPERACIONAL 1 NORMALIDADE
• Contribuir para a identificação dos riscos de desastres com possíveis repercussões sobre a saúde da população municipal. • Participar da elaboração, revisão e atualização do Plano de Contingência da Saúde. • Articular-se com as vigilâncias em saúde, a Atenção Primária, a assistência hospitalar e a Defesa Civil para o planejamento das ações preventivas. • Apoiar a identificação de populações vulneráveis e de possíveis fragilidades dos serviços de saúde diante de eventos climáticos extremos.
NÍVEL OPERACIONAL 2 - ATENÇÃO
• Acompanhar alertas meteorológicos e informações oficiais sobre eventos com potencial de provocar impactos à saúde. • Compartilhar informações relevantes com a coordenação municipal e os setores envolvidos na execução do plano. • Verificar, junto aos setores responsáveis, a necessidade de reforçar a preparação dos serviços de saúde e revisar os fluxos de comunicação. • Acompanhar os riscos identificados e subsidiar a adoção de medidas preventivas.
NÍVEL OPERACIONAL 3 - ALERTA
• Intensificar o acompanhamento dos alertas e dos possíveis impactos do evento sobre a população e os serviços de saúde. • Manter comunicação regular com a coordenação municipal, a Defesa Civil e os setores da Secretaria Municipal de Saúde envolvidos na resposta. • Apoiar a mobilização dos serviços e das equipes conforme a necessidade identificada e o nível de risco. • Contribuir para a identificação das necessidades de proteção de populações vulneráveis e para a organização das medidas preventivas.
NÍVEL OPERACIONAL 4 - EMERGÊNCIA
• Apoiar a coordenação das ações da saúde durante a ocorrência do desastre, conforme as competências municipais e os fluxos estabelecidos. • Acompanhar e consolidar informações sobre os danos e impactos à saúde da população e sobre possíveis comprometimentos dos serviços de saúde. • Articular o compartilhamento de informações entre os setores envolvidos, subsidiando a

tomada de decisões pela gestão municipal.

- Contribuir para a identificação das necessidades de assistência, vigilância e recuperação dos serviços, bem como para a avaliação das ações executadas após o evento.

9. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Venda Nova do Imigrante instituirá uma Sala de Situação para o Enfrentamento dos Efeitos das Mudanças Climáticas e dos Eventos Extremos, como espaço de articulação, monitoramento, análise de informações e definição de orientações e estratégias de atuação diante dos riscos e das situações que possam impactar o território municipal, especialmente aquelas com repercussões sobre a saúde da população.

A Sala de Situação contará com a participação da Secretaria Municipal de Saúde e, conforme a natureza e a complexidade das situações identificadas, poderá envolver outros setores da administração municipal e instituições parceiras, favorecendo a integração das informações e a organização de respostas coordenadas. Sua atuação será orientada pelo acompanhamento das condições climáticas, pela identificação de riscos e vulnerabilidades, pela análise dos possíveis impactos e pela definição de medidas preventivas e de resposta, considerando os diferentes cenários e níveis de alerta. No âmbito da saúde, a Secretaria Municipal de Saúde, por meio das áreas técnicas envolvidas, contribuirá para o monitoramento dos riscos, a identificação de possíveis agravos à saúde, a orientação dos serviços da rede de atenção e a proposição de medidas necessárias à proteção da população.

As reuniões da Sala de Situação ocorrerão conforme a necessidade, considerando a evolução dos cenários, a identificação de novos riscos e a ocorrência de eventos que demandem avaliação e encaminhamentos específicos. A governança do Plano será orientada pelos princípios da integração entre vigilância em saúde, atenção à saúde e gestão; atuação baseada em riscos e evidências; antecipação e prevenção dos impactos; definição de responsabilidades; comunicação oportuna; priorização de populações e territórios vulneráveis; articulação intersetorial; e fortalecimento da capacidade municipal de preparação, monitoramento e resposta aos efeitos das mudanças climáticas e aos eventos extremos.

9.1 Comunicação, pontos focais e fluxo de informações

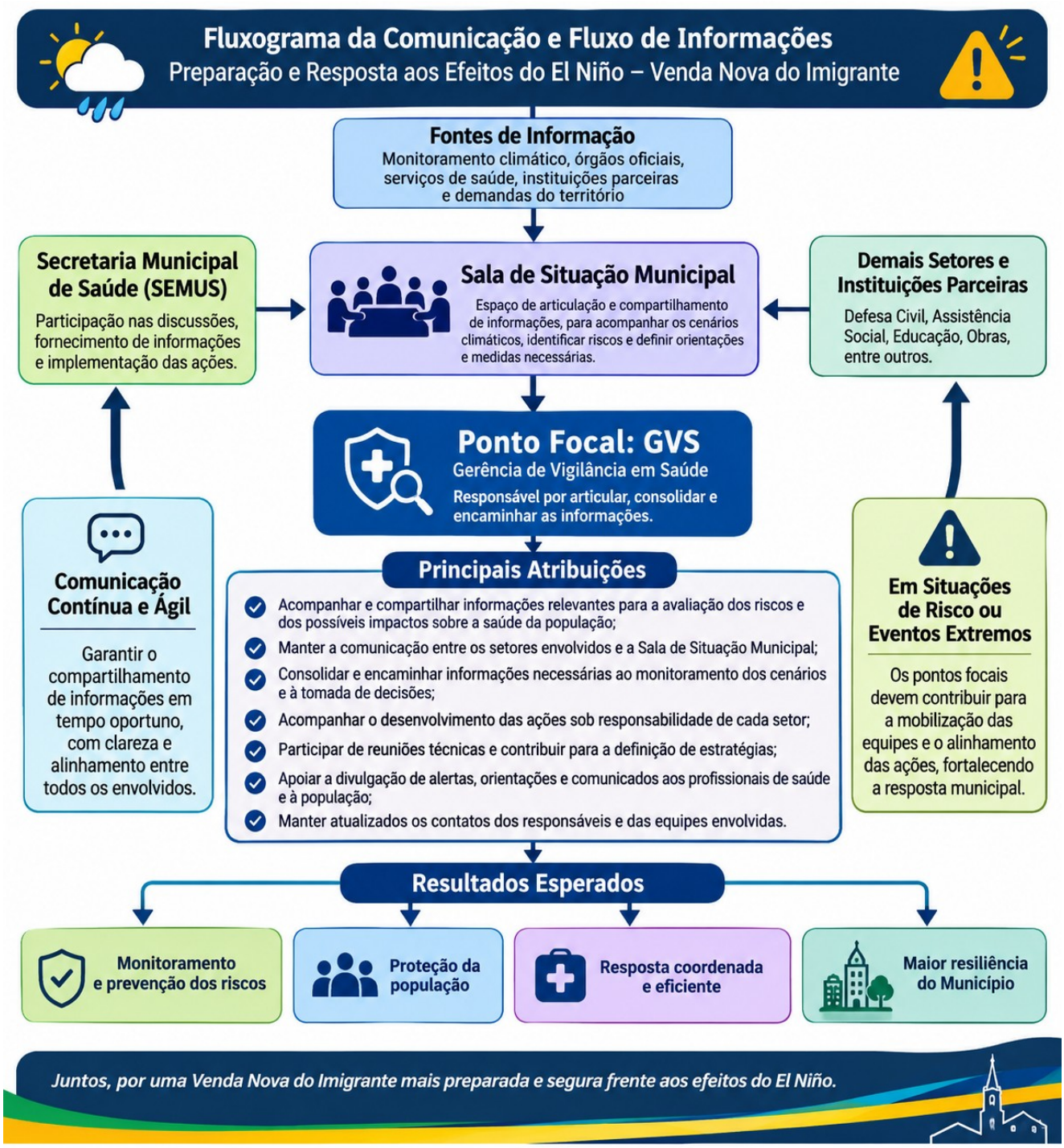
A comunicação e o fluxo de informações relacionados à preparação e à resposta aos efeitos do El Niño serão organizados de forma integrada entre a Secretaria Municipal de Saúde, sendo que a Gerência de Vigilância em Saúde constituirá o ponto focal da SEMUS. A Sala de Situação Municipal constituirá um espaço de articulação e compartilhamento de informações, contribuindo para o acompanhamento dos cenários climáticos, a identificação de riscos e a definição de orientações e medidas necessárias à proteção da população.

Caberá aos ponto focal, conforme suas atribuições:

- Acompanhar e compartilhar informações relevantes para a avaliação dos riscos e dos possíveis impactos sobre a saúde da população;
- Manter a comunicação entre os setores envolvidos e a Sala de Situação Municipal;
- Consolidar e encaminhar informações necessárias ao monitoramento dos cenários e à tomada de decisões;
- Acompanhar o desenvolvimento das ações sob responsabilidade de cada setor;
- Participar de reuniões técnicas e contribuir para a definição de estratégias de prevenção, preparação e resposta;
- Apoiar a divulgação de alertas, orientações e comunicados aos profissionais de saúde e à população, conforme a necessidade;
- Manter atualizados os contatos dos responsáveis e das equipes envolvidas, favorecendo a comunicação e a mobilização oportuna.

A comunicação deverá ocorrer de maneira clara, ágil e contínua, respeitando as atribuições de cada setor e garantindo que as informações relevantes sejam compartilhadas em tempo oportuno. Em situações que exijam resposta coordenada, os pontos focais deverão contribuir para a mobilização das equipes e para o alinhamento das ações, visando fortalecer a capacidade de preparação e resposta do Município de Venda Nova do Imigrante aos efeitos do El Niño e aos eventos climáticos extremos.

9.2 Fluxograma de Comunicação



10. INDICADORES DE MONITORAMENTO

Para o Plano Municipal de Contingência para Enfrentamento dos Efeitos do El Niño de Venda Nova do Imigrante–ES, os indicadores de monitoramento deverão permitir o acompanhamento contínuo das condições climáticas, dos riscos ambientais, dos impactos sobre a saúde da população e da capacidade de resposta dos serviços municipais. A seleção desses indicadores considera a necessidade de obtenção rápida de informações, preferencialmente por meio de fontes oficiais e registros já disponíveis, possibilitando a identificação precoce de situações de risco e o acionamento oportuno das medidas previstas no Plano.

O monitoramento será realizado de forma integrada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de suas áreas técnicas, em articulação com a Sala de Situação Municipal e os demais setores envolvidos. A frequência de atualização deverá ser compatível com a disponibilidade dos dados e a gravidade do cenário, sendo intensificada durante os estágios de Atenção, Alerta e Emergência. Os indicadores apresentados a seguir constituem uma proposta inicial para o Município, devendo seus parâmetros e limites de acionamento ser pactuados com os setores responsáveis, considerando as características do território, a capacidade instalada dos serviços e as orientações dos órgãos oficiais.

QUADRO 1 – INDICADORES-CHAVE PARA MONITORAMENTO DOS RISCOS E IMPACTOS ASSOCIADOS AO EL NIÑO

DIMENSÃO	INDICADOR DE MONITORAMENTO	PARÂMETRO A SER OBSERVADO	FONTE DE INFORMAÇÃO
Condições meteorológicas	Alertas e avisos meteorológicos	Emissão de alertas para o município, classificação do nível de severidade e previsão de eventos extremos.	INMET e órgãos oficiais de meteorologia.
Condições meteorológicas	Temperatura do ar	Temperaturas máximas e mínimas previstas e observadas, persistência de dias com temperaturas elevadas e ocorrência de ondas de calor.	INMET e monitoramento meteorológico oficial.

Condições meteorológicas	Umidade relativa do ar	Percentual de umidade do ar, identificação de períodos de baixa umidade e duração dessas condições.	INMET e órgãos oficiais de meteorologia.
Condições meteorológicas	Precipitação pluviométrica	Volume de chuva acumulado, intensidade da precipitação e ocorrência de períodos prolongados de estiagem ou chuvas intensas.	INMET, órgãos de monitoramento hidrológico e Defesa Civil.
Condições meteorológicas	Ventos fortes e tempestades	Emissão de alertas, ocorrência de rajadas de vento, tempestades e danos associados.	INMET e Defesa Civil.
Riscos ambientais e territoriais	Ocorrências de eventos adversos	Número e localização de registros de alagamentos, enxurradas, deslizamentos, quedas de árvores, destelhamentos e outros danos.	Defesa Civil e setores municipais.
Riscos ambientais e territoriais	Abastecimento de água	Ocorrência de interrupções, redução da disponibilidade de água, necessidade de abastecimento emergencial e comprometimento da qualidade da água.	Serviço de abastecimento e Vigilância Ambiental.
Riscos ambientais e territoriais	Áreas e comunidades vulneráveis	Identificação de localidades expostas a riscos de inundação, deslizamentos, estiagem, isolamento ou dificuldade de acesso aos serviços essenciais.	Defesa Civil, Assistência Social e Atenção Primária.
Vigilância em saúde	Agravos relacionados às condições climáticas	Número de atendimentos e notificações de doenças diarreicas agudas, leptospirose, doenças transmitidas por vetores e outros agravos relacionados aos eventos climáticos.	Vigilância Epidemiológica e unidades de saúde.

Vigilância em saúde	Agravos relacionados ao calor	Número de atendimentos por desidratação, exaustão pelo calor, insolação e agravamento de condições clínicas associadas às altas temperaturas.	UBS, Pronto Atendimento e serviços de urgência.
Vigilância em saúde	Agravos respiratórios	Variação da procura por atendimento devido a doenças respiratórias, especialmente durante períodos de baixa umidade e queimadas.	Unidades de saúde e serviços de urgência.
Vigilância em saúde	Situação epidemiológica	Identificação de aumento incomum de casos, ocorrência de surtos e concentração de agravos em determinadas localidades.	Vigilância Epidemiológica e e-SUS/SINAN, conforme o agravo.
Capacidade de resposta da rede de saúde	Funcionamento dos serviços de saúde	Número de unidades com funcionamento normal, parcial ou interrompido; dificuldade de acesso e suspensão de atendimentos.	Coordenação da Atenção Primária e unidades de saúde.
Capacidade de resposta da rede de saúde	Demanda assistencial	Variação do número de atendimentos nas UBS e nos serviços de urgência em relação à demanda habitual.	Unidades de saúde e Pronto Atendimento.
Capacidade de resposta da rede de saúde	Disponibilidade de profissionais	Identificação de equipes reduzidas, impossibilidade de deslocamento dos profissionais e necessidade de reorganização das escalas.	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde.
Capacidade de resposta da rede de saúde	Disponibilidade de medicamentos e insumos	Estoque de medicamentos, materiais e insumos essenciais para atendimento das principais demandas relacionadas ao evento.	Assistência Farmacêutica e setores responsáveis.

Capacidade de resposta da rede de saúde	Funcionamento da rede de frio	Ocorrências de falta de energia, falhas nos equipamentos de refrigeração e risco de comprometimento dos imunobiológicos.	Coordenação de Imunização e salas de vacina.
Impacto social e proteção da população	População diretamente afetada	Número de pessoas atingidas, desalojadas, desabrigadas, isoladas ou que necessitem de assistência.	Defesa Civil e Assistência Social.
Impacto social e proteção da população	Populações prioritárias expostas	Identificação de idosos, crianças, gestantes, pessoas com deficiência, pessoas acamadas e indivíduos com doenças crônicas em áreas de risco.	Atenção Primária, ACS e Assistência Social.
Impacto social e proteção da população	Acesso aos serviços essenciais	Ocorrência de interrupções no transporte, energia elétrica, abastecimento de água e acesso às unidades de saúde.	Setores municipais responsáveis e Defesa Civil.
Gestão e resposta municipal	Mobilização institucional	Necessidade de convocação da Sala de Situação, mobilização de equipes e acionamento de outros setores municipais.	Sala de Situação Municipal.
Gestão e resposta municipal	Disponibilidade de recursos para resposta	Disponibilidade de transporte, equipamentos, insumos, espaços de atendimento e equipes para atuação em situações emergenciais.	Secretaria Municipal de Saúde e demais setores.
Gestão e resposta municipal	Comunicação e divulgação de alertas	Emissão e compartilhamento de alertas, orientações e comunicados aos profissionais de saúde e à população.	GVS, Sala de Situação e Comunicação Municipal.

Fonte: Elaboração própria. Secretaria Municipal de Saúde de Venda Nova do Imigrante–ES, 2026.

11. ATIVAÇÃO DE CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE)

O COE - Saúde é uma estrutura temporária de coordenação da resposta e poderá ser ativado quando a magnitude do evento exigir integração ampliada, decisões rápidas, priorização de recursos ou coordenação que ultrapasse a rotina administrativa. A autoridade responsável, composição nominal, local de funcionamento e canais de contato deverão ser definidos em ato ou procedimento municipal.

11.1 Ativação

1. Receber e registrar a notificação ou alerta, verificando fonte, local, horário, natureza do evento e impactos conhecidos.

2. Realizar avaliação rápida de risco com a Vigilância em Saúde, gestão assistencial, Defesa Civil e setores pertinentes.

3. A coordenação da Secretaria Municipal de Saúde decide e registra a ativação, convoca os representantes necessários e define forma de comunicação e periodicidade dos informes.

4. Organizar funções de coordenação, planejamento/informação, operações e apoio administrativo/logístico, conforme a dimensão do evento.

5. Estabelecer prioridades, responsáveis, prazos e necessidades de recursos; produzir informes de situação e manter registro das decisões.

6. Solicitar apoio regional ou estadual quando a capacidade municipal for insuficiente.

11.2 Desativação

A desativação será deliberada e registrada pela autoridade que ativou o COE, após avaliação de que o risco diminuiu de forma sustentada, os serviços essenciais foram restabelecidos ou dispõem de fluxo seguro e não há necessidade de coordenação extraordinária. Antes do encerramento, consolidar ocorrências, decisões, recursos utilizados, necessidades remanescentes e lições aprendidas; definir responsáveis por ações pendentes e realizar reunião de avaliação pós-evento.

ANEXOS

CONTATOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE

NOME	CARGO	TELEFONE
Tadeu Sossai	Secretario de Saude	028 99988-4139
Joemilly Grecco Cezati	Gerente Vigilancia em Saude	027 99948-7621
Poliana Nunes	Gerente da Atenção Primária	028 99989-4529
Jose Francisco Vargas Vicente	Gerente da Vigilância Ambiental	028 99933-8877
João Magno Guarnier	Referência Técnica do Vigidesastre e Saúde do Trabalhador	028 99907-9129
Silvio Cesar Satler Aguiar	Referência técnica da Vigilância Sanitária	028 99975-8828
Letícia Delbem Fiorese	Referência técnica da Vigilância Epidemiológica	028 999770363
Aline Falqueto Uliana	Referência Técnica da Imunização	028 99981-8416
Luciana Entringer	Coordenação da Regulação	028 99939-1258
Ana Elise Tavares	Coordenadora Farmacêutica	028 99999-1748
Aquilino Andreão Junior	Coordenador do Transporte	028 99955-0503
Maiara Machado	Coordenadora Saúde mental	028 99905-1983
Anna Paula Fosse	Gerente de Enfermagem do Hospital Padre Máximo	028 99924-0620

REFERENCIAS

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Venda Nova do Imigrante: panorama*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/venda-nova-do-imigrante.html.
- INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). *Boletim Agroclimático do Espírito Santo*. Vitória: Incaper, v. 10, n. 3, jul./set. 2023.
- SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). *Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes, inundações e movimentos de massa: Venda Nova do Imigrante, ES*. 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Guia para elaboração de planos de contingência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Emergências em Saúde Pública. Plano de contingência para emergências em saúde pública por chuvas intensas e desastres associados. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Operational framework for building climate resilient and low carbon health systems. Geneva: WHO, 2023.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Módulo de formação: elaboração de plano de contingência: livro base. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2017